

Investigação reforçada

JORGE DE CASTRO

DA EQUIPE DO CORREIO

Seis capitães da Polícia Militar serão nomeados nesta segunda-feira para integrar uma comissão especial. O nome dos oficiais designados pelo corregedor da PM, coronel Paulo Roberto Hirofumi, passará pelo crivo do comandante-geral da corporação, coronel Antonio José Cerqueira. Uma vez confirmados para a comissão, os capitães deverão acelerar a apreciação dos 1.873 processos atualmente parados na Corregedoria. Mas eles só cuidarão das sindicâncias. Isso significa que os capitães não devem acompanhar os processos abertos contra 58 colegas condenados por crimes na Justiça comum e que aguardam a decisão do Conselho de Disciplina da PM sobre sua permanência na carreira militar.

Na última quarta-feira, o coronel Antônio José Serra Freixo foi exonerado do comando-geral da PMDF pelo governador José Roberto Arruda. A substituição do militar pelo coronel Cerqueira ocorreu um dia depois de Arruda ser informado sobre o relatório preparado pela Promotoria de Justiça Militar do DF, que acusa Serra de acobertar PMs envolvidos em diversos crimes. Segundo o documento, a Corregedoria e o Conselho Disciplinar recomendaram a expulsão de oito militares condenados pela Justiça comum por participação em casos como estelionatos, roubos, furtos, tentativas de homicídio e cor-

rupção passiva, entre outros. Serra, porém, teria arquivado os processos e mantido os PMs na ativa.

O Ministério Público também acusa o ex-comandante por improbidade administrativa. Segundo Mauro Faria de Lima, um dos promotores do caso, Serra usou carros da corporação durante a construção de sua casa em um condomínio. “Na segunda-feira, vou propor a ação de improbidade em uma das varas de Fazenda Pública. Além do uso indevido das viaturas, há suspeitas de uso de policiais na obra”, afirmou Mauro.

Os promotores também insistem que o novo comandante-geral da PM ou o governador Arruda reveja os oito processos contra militares arquivados por Serra. “Se esses casos não forem revisados, poderemos entrar com ação de nulidade de ato administrativo por falta de fundamentação legal”, explicou o promotor Paulo Gomes. Segundo ele, 75 policiais envolvidos em corrupção e que tinham sido afastados preventivamente dos quartéis retornaram aos antigos postos na gestão do ex-comandante.

Falta de autonomia

Fontes ouvidas pelo **Correio** afirmaram que muitos policiais lotados na Corregedoria da PM não sentem o trabalho deles reconhecido. “Havia, inclusive, um constrangimento de encaminhar alguns processos ao comandante porque eles acabariam arquivados”, comentou uma das fontes. Na Coordenação de Polícia Judi-

ciária Militar e Procedimentos Administrativos — setor responsável pela assessoria jurídica do corregedor da PM —, o efetivo caiu de oito para dois oficiais, atrasando a análise dos processos. A nomeação e destituição de efetivo geralmente fica a cargo do Chefe de Estado-Maior da PM, função exercida desde 2007 pelo coronel Gilberto Alves de Carvalho.

No relatório, os promotores propõem uma série de medidas para fortalecer a Corregedoria. Uma delas é a reformulação do Decreto nº 17.725/96 para que o corregedor seja nomeado diretamente pelo governador do DF, que receberia uma lista tríplice elaborada pelo comandante-geral da PM. O corregedor, por sua vez, teria a permissão de investigar oficiais mais antigos do que ele, o que é vetado hoje.

Se o comandante-geral discordar da fundamentação do corregedor (como no caso dos oito processos arquivados por Serra), a recomendação do MPDF é de que, antes da homologação do ato, o processo seja remetido à Procuradoria-Geral do GDF, o que evitaria a tomada de decisões sem fundamento jurídico. Os promotores sugerem ainda que o corregedor encaminhe as investigações contra o comandante-geral e o chefe do Estado-Maior diretamente ao governador. As sugestões do MPDF ainda são analisadas pelo secretário de Segurança Pública, general Cândido Vargas de Freire, e pelo coronel Cerqueira.

Gustavo Moreno/Especial para o CB



CERQUEIRA (E) AO LADO DE SERRA: SUBSTITUIÇÃO APÓS DENÚNCIAS DO MP

FILA DE ESPERA

6 CAPITÃES

devem auxiliar na apreciação dos processos de sindicância que já correm na Corregedoria da PM

58 MILITARES

condenados pela Justiça comum ainda não tiveram seus casos apreciados pela corporação